

Comunistas e trabalhistas no cenário político brasileiro dos anos 1960: notas sobre o trânsito entre culturas políticas

Fábio André G. das Chagas

Resumo:

Apresentaremos neste artigo a possibilidade de trabalhar com categorias conceituais do âmbito cultural da história para o seu respectivo domínio político. Embora as disputas em torno das comprovações acerca da participação de atores sociais não comunistas no cenário político compreendido entre 1961 até meados dos 1970 não presidam nosso interesse - mas nem por isso deixemos de excursionar neste terreno - trabalharemos aqui com vistas a lançar luz sobre o trânsito entre culturas políticas no campo das esquerdas, mais especificamente entre trabalhistas e comunistas, no decurso de fins dos anos 1950 e ao longo da década de 60 no Brasil.

Palavras chave: cultura política; esquerdas; transmutação conceitual.

O período compreendido entre os anos 1961 e 1964 tem sido revisitado e espessamente debatido, talvez principalmente, porque neste ano de 2004, a empreitada golpista civil-militar de 1º de abril de 1964 tenha completado quatro décadas desde sua irrupção. À imaginação de alguns, o período em pauta estaria como que em vias de se “repetir”, guardadas as devidas proporções, em face da ascensão de parte das esquerdas ao Palácio do Planalto. Este, e certamente outros aspectos suscitaram uma retomada das atenções de historiadores e cientistas sociais àqueles dramáticos anos em que amplos setores da sociedade brasileira se politizaram e conseqüentemente ocuparam o centro da arena política.¹

A historiografia sobre o período acertadamente assinala que naquele período inicia-se um processo de fragmentação das esquerdas que alcançaria seu *clímax* a partir de fins de 1967.² Todavia, em face da agudização das relações de força, que antagoniza campos políticos e suprime, ainda que temporariamente, as crispções entre as mais diversas correntes das esquerdas e das direitas, os anos entre 1961 e 1964 comportaram, deste modo, um processo de aproximação entre setores das esquerdas, como fora o caso dos comunistas e dos trabalhistas. Esta constatação estende-se à análise sobre as articulações das direitas no mesmo período.³

No leque das questões suscitadas a partir deste novo retorno a um passado recente, destaca-se a reflexão em acerca dos limites do discurso sustentado pelas esquerdas de ontem e de hoje, concernentes à atitude unilateralmente golpista de quem empalmou o poder em 1964. De outro modo, tem-se buscado criticar objetivamente e à luz das comprovações factuais, a memória construída ao longo dos anos que situa as

¹ Muito elucidativa é obra de Moniz Bandeira sobre a ascensão dos movimentos sociais à direita e à esquerda naquele período. BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7ª ed. RJ: Ed. Revan: Brasília: EdUNB, 2001.

² Em 1961 forma-se o Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP); em 1962 constituem-se a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Além de pequenos agrupamentos como o dos trotskistas, deve-se lembrar a ação das Ligas Camponesas e dos chamados de Grupos de Onze, ligados à Leonel Brizola. Citamos o ano de 1967 em face da realização do VI Congresso do PCB a partido o qual ocorre um racha colossal que dará início à um processo de fragmentação das esquerdas, sobretudo provenientes do PCB. Da POLOP também ocorrerá um racha em 1967 do qual surgirão as futuras organizações Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em São Paulo.

³ O volumoso trabalho de René Dreifuss apresenta evidências e provas suficientemente claras acerca da aproximação entre distintos setores das direitas, mas também todo o movimento conspiratório em nível nacional para derrubar o governo João Goulart. Cf. DREIFUSS, René. 1964: *A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

direitas na trincheira do golpismo e as esquerdas no *front* de defesa da democracia.⁴ Na esteira dos temas debatidos, merece destaque também a reflexão sobre um leque de possibilidades maior do que a alternativa *putschista* à direita ou à esquerda. Neste caso, chamamos a atenção para o trabalho de Argelina de Figueiredo.⁵

O propósito que preside não constitui uma tentativa de diálogo direto com as questões acima assinaladas, mas tão somente apresentar um ângulo de inteligibilidade para o processo de aproximação entre as esquerdas, mais especificamente, entre trabalhistas e comunistas. Para tanto, no que segue, procederemos à apropriação de categorias usualmente trabalhadas sob “jurisdição cultural” para refletir em torno de um âmbito predominantemente político. De passagem, cumpre-nos observar que toda reflexão que se pretenda original não está isenta dos riscos metodológicos, daí que, em se tratando do cruzamento de conceitos ou da apropriação seletiva destes, os riscos se ampliam em uma progressão geométrica, podendo resultar dessa aventura um ecletismo incoerente.

A análise que propomos talvez se opere satisfatoriamente no interior das fronteiras conceituais da história política, de maneira que, para isso, permaneçamos sem indagar, afinal de contas, quais são as fronteiras daquela história e quem as define. Ademais, estaríamos confirmando, ainda uma vez, a inelutável força da fragmentação das ciências humanas de modo geral, e dos domínios da história, de modo particular.

Na pesquisa que atualmente desenvolvemos, temos sustentado hipoteticamente a incidência de um matiz trabalhista de corte radical no movimento de luta armada dos anos de 1960 e 70 no estado do Rio Grande do Sul o que, se comprovado, poderá conferir, juntamente com outros fatores, um caráter original e particular à guerra revolucionária em terras gaúchas.⁶ Entretanto, acreditamos que comprovar tal hipótese implica alçar para o trabalho explicações históricas, como, por exemplo, em torno do cruzamento entre culturas políticas⁷ distintas - e concorrentes em algumas conjunturas - que possibilitou a militantes de diferentes correntes ideológicas lutar lado a lado nas duas vagas revolucionárias dos anos de 1960 e 1970.⁸ Referimo-nos ao fato de que entre 1961 e 1974, trabalhadores rurais reunidos sob as Ligas Camponesas, parte dos trabalhistas em processo de radicalização em face do contexto, comunistas e ex-militares nacionalistas, compartilharam um projeto de transformação social no Brasil pela via da ruptura, pela via armada ou, como preferem alguns, pela via revolucionária.

Com vistas a explicar o trânsito entre culturas políticas no conturbado cenário político que marcou indelevelmente o período compreendido entre fins dos anos 1950 até fins dos 60, propomos uma *transmutação conceitual*, de sorte que possamos, como já foi mencionado, utilizar algumas noções trabalhadas pela história cultural para explicar fenômenos de natureza política. Destarte, a primeira noção que içamos é a de *identidade* comportando a significação de uma “interdependência entre condições objetivas de vida e experiências

⁴ Em um evento recente, dois historiadores, Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira, embora comportando algumas divergências, se posicionaram no sentido da desconstrução da memória democrática das esquerdas, apontando que estas últimas, e a sociedade como um todo, não viam na democracia um horizonte de realização. Onde o golpe pelas esquerdas também prefigurava nos anos 1961-64. Referimo-nos ao “SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE: 1964-2004” realizado entre os dias 22 e 26 de março e promovido pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁵ Aí se encontra o trabalho de Argelina Figueiredo que aponta para a existência de margens de negociações possíveis e não golpistas naquele contexto ideologicamente acirrado.

⁶ O trabalho consiste numa pesquisa em nível de doutorado junto à Universidade Federal Fluminense sob a orientação do professor Dr. Daniel Aarão Reis Filho. O trabalho versa sobre a guerra revolucionária no RS nos anos de 1960 e 1970.

⁷ Reivindicamos a noção de cultura política entendida como o “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão origem e significação a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”. Cf. KUSCHNIR, Carina & CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia” In: Revista *Estudos Históricos*. n° 24, Rio de Janeiro: 1999/2, p. 227.

⁸ Defendemos uma interpretação que pensa o assunto enquanto um movimento de luta armada dos anos de 1960 e 70 e não apenas como um movimento de luta armada contra a ditadura militar. Sabidamente, o movimento guerrilheiro já vinha sendo preparado em um período anterior a março de 1964, aspecto já ressaltado na historiografia do tema. Daí nosso intento de cristalizar uma concepção que aponte para a existência de duas vagas revolucionárias encetadas e dirigidas por culturas políticas diferentes. A primeira vaga, transcorrida entre 1961 e 1967 e dirigida por uma cultura política nacionalista revolucionária, comportando atores políticos e *locus* de ação diversos e ainda em momentos não simultâneos. Trata-se do empreendimento guerrilheiro das Ligas Camponesas entre 1961 e 1964 e das primeiras tentativas de luta armada lideradas por Brizola, contra a ditadura militar. A segunda vaga revolucionária fora deflagrada e dirigida por uma cultura política comunista a partir de 1968. Esta reflexão ainda está em curso e constituirá um dos pilares centrais de nossa tese na medida em que intentamos construir uma nova inteligibilidade sobre o tema por meio de um ângulo de visão distinto dos já existentes nos atuais modelos interpretativos.

subjetivas, o compartilhamento de convenções e valores, de modos de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizados, que distinguem e produzem a integração de uma comunidade”.⁹

Defendemos que o epicentro para o qual convergiram diversos fatores explicativos ao cruzamento ou trânsito que mencionamos fora a constituição de uma *identidade política* que se forjou no período compreendido entre 1945 até fins dos anos de 1960. Daí que algumas observações sobre o contexto em que se forjou essa identidade ajudarão a construir mais seguramente uma explicação histórica para este fenômeno político que suscitou a emergência de um *campo gravitacional* capaz de atrair espectros políticos distintos e, por vezes, concorrentes.

Em termos internacionais o ano de 1945 assinala o fim da Segunda Guerra Mundial com a derrota da máquina de guerra nazista e de seus aliados italianos e japoneses. A vitória aliada sobre governos de tipo totalitário inaugurou um novo tempo, com tintas democratizantes, em quase todas as partes do mundo. Entretanto, este mesmo novo tempo inaugurou também a disputa entre EUA e União Soviética pela direção política mundial que se cristalizou naquilo que a historiografia consagrou como Guerra Fria. Observando atentamente o correlato nacional a este contexto, Lucília Neves ressaltou que

“A conjuntura delimitada pelos anos 40 e início dos anos 60 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivistas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país. Tal projeto não era unívoco nem homogêneo na sua concepção. Era, na verdade, matizado por proposições específicas de diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil”.¹⁰

Sobre a conjuntura em questão, podemos identificar a existência de fatores conjunturais que, por sua força, promoveram no seio das esquerdas o *compartilhamento* de referências ou valores, sobre os quais, cada cultura política em cena naquele período produziu sua respectiva significação. Para efeito de ilustração destacamos a referência nacionalista que inegavelmente fora apropriada de maneira distinta e até divergente por trabalhistas, comunistas e os mais diversos matizes nacionalistas, não obstante as entorses conservadoras do nacionalismo promovidas por parte das direitas. No curso dessas observações, cumpre-nos acrescentar outro fator explicativo a fim de lançar luz sobre o processo de constituição de uma identidade política entre as esquerdas no contexto que temos trabalhado. Trata-se do projeto ou programa *nacional-estatista*.

De acordo com Daniel Aarão Reis Filho o projeto nacional-estatista esboçou-se no período do Estado Novo e percorreu vários anos até o desfecho de 1964. Com poucas tintas, no centro deste projeto figurava a defesa de um Estado forte e interventor, capaz de promover o desenvolvimento econômico autônomo e a justiça social através da regulação do mercado e de um vigoroso planejamento. Ao fim de tudo, intentava-se construir uma nação poderosa, próspera e sem grandes diferenças sociais.¹¹

Em contraposição ao projeto *nacional-estatista*, o mesmo autor observa a existência de um outro projeto, correlato e antagonista, o qual denominou *internacionalista-liberal*. Este, por sua vez, consistia num projeto ou programa sobejamente excludente cuja concepção econômica ancorava-se no atrelamento da economia brasileira à economia dos países capitalistas mais desenvolvidos, sobretudo à dos Estados Unidos. Sua índole anticomunista e seu desdém para com as iniquidades sociais do país eram marcantes. Por fim, honrando as tradições das classes dominantes no Brasil, os defensores deste projeto nutriam um espesso horror a possibilidade de participação popular junto ao processo decisório próprio do jogo político.

Daniel Reis vai ainda mais longe e observa que o projeto ou o programa *nacional-estatista* mobilizou amplos setores da sociedade e atingiu igualmente parcelas das esquerdas brasileiras de maneira que hoje não é possível recuperar o legado daquela experiência sem considerar a presença de duas fortes tradições, a comunista e a trabalhista que “se impregnaram todo o período, ora competindo entre si, ora compondo alianças”.¹²

Tanto comunistas como trabalhistas e outros setores das esquerdas submergiram no programa *nacional-estatista*, conquanto tenham mantido as especificidades das respectivas culturas políticas. Do lado dos comunistas não é difícil explicar seu ingresso naquele projeto, pois sua filiação a certa definição estratégica em

⁹ AZEVEDO, Cecília. “Identidades Compartilhadas: a identidade nacional em questão” In: ABREU, Marta e SOIHET, Rachel (orgs.) *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. RJ: casa da Palavra, 2003, p. 43.

¹⁰ NEVES, Lucília de Almeida. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2001, p. 172.

¹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1934 e 1964” In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs) *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, v. 5, p. 93.

¹² REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” In: FERREIRA, Jorge (Org.), op, cit., p. 374.

nível internacional permitiu caracterizar o período como o da possibilidade de vivenciar a etapa democrático-burguesa da revolução, conforme postulava o movimento comunista internacional àquele tempo.

Em busca de ampliações ao campo de visibilidade que aqui tentamos lavar, elegemos um terceiro fator explicativo ao processo de aproximação, disputa e compartilhamento de referências entre comunistas, trabalhistas e outros nacionalistas. Referimo-nos a vitoriosa Revolução Cubana de 1959.

A experiência revolucionária de Cuba incitou tanto os comunistas quanto os trabalhistas, e a outros nacionalistas, a modificaram suas posições em relação àquela revolução pelo fato dela ter percorrido o caminho do nacionalismo para o socialismo em um intervalo de tempo demasiadamente curto. A trajetória da revolução cubana, em seus primeiros anos, pareceu assim recuperar a idéia da revolução permanente formulada por Leon Trotsky¹³ e igualmente figurar como a revolução nacional que avançou para o socialismo.

A rápida passagem do nacionalismo para o socialismo dissolveu a desconfiança dos comunistas quanto aos destinos da revolução na ilha e chancelou a possibilidade uma revolução socialista iniciar-se por uma revolução nacional. Por outro lado, abriu os corações e as mentes dos nacionalistas para a perspectiva do socialismo como o ponto de chegada da revolução nacional. Neste sentido é que nos parece possível entender como a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP) se abriu para o nacionalismo enquanto que Leonel Brizola evoluiu para uma postura mais claramente anticapitalista, radicalizando ainda mais os trabalhistas e facilitando o trânsito daqueles para as organizações comunistas que levariam a cabo a luta armada a partir do ano de 1968.¹⁴

Marcelo Ridenti, estudioso das esquerdas brasileiras do período em questão agrega elementos para pensar sobre o trânsito entre culturas políticas no período quando elege o *romantismo revolucionário* ao posto de chave explicativa para a passagem do cristianismo social para o guevarismo e para o maísmo. Não obstante o mérito de Ridenti, partilhamos da idéia que o *romantismo revolucionário* parece constituir um elemento comum a quase totalidade das organizações do período, aspecto que retira a particularidade da organização Ação Popular.

Os exemplos acerca da manutenção das especificidades, mas também das idas e vindas da aliança entre comunistas e trabalhistas abundam no universo bibliográfico que se dedica ao estudo sobre o período. João Quartim de Moraes quando das suas observações acerca do processo de radicalização dos comunistas brasileiros em face da ilegalidade a que foram empurrados em 1947 e do contexto internacional marcado por vitórias socialistas de cunho militar afirma que

“Foi este o contexto em que se operou a guinada à esquerda do PCB, programaticamente assumida no Manifesto de Janeiro de 1948 e levada ao extremo no de agosto de 1950, ambos assinados por Prestes [...] claro sintoma deste estado de espírito foi o tom agressivamente extremista adotado então pelos porta vozes do PCB. Leandro Konder registrou algumas das mais expressivas declarações e tomadas de posição neste sentido. Em artigo publicado na revista Divulgação Marxista de fevereiro de 1947, Prestes classificou o PTB como ‘organização política com que o sr. Getúlio Vargas pretende defender [...] o predomínio dos grandes proprietários latifundiários’¹⁵

Passados bem poucos anos, o Partido Comunista do Brasil (PCB) mudaria radicalmente sua posição em relação aos trabalhistas, sobretudo em face da ofensiva direitista capitaneada pela União Democrática Nacional (UDN) sob a bandeira do anti-getulismo. Já em 1953 o PCB adotara uma linha política sindical em que se aproximava do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e em 1954 o jornal Voz Operária, no dia dois de outubro, veiculou um manifesto em que Prestes conclamava tanto comunistas quanto trabalhistas a lutarem ombro a ombro contra o inimigo comum.

¹³ A teoria da revolução permanente, cuja origem remonta a 1906, mas se cristaliza no livro *Balanço e Perspectivas*, escrito por Trotsky, esgrimia a perspectiva da revolução por etapas e a do socialismo num só país. Em poucas tintas aquela propunha uma ruptura com o economicismo e com o materialismo vulgar, evocando a totalidade como horizonte da análise. Postulava que a burguesia russa não seria como a francesa pelo medo ao movimento operário, o que a levou posições conservadoras. Dois aspectos se exigiam permanentes: o governo sob hegemonia operária que avançaria no âmbito anticapitalista e o poder operário na Rússia que se expandiria pela Europa. Por fim, do ponto de vista prático, o cumprimento das tarefas democrático-nacionais deveria ocorrer sob hegemonia do operariado.

¹⁴ A Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP), ainda em seu processo de formação recebeu um afluxo de ex-militantes do PTB que se radicalizavam na conjuntura política de 1961-64. O estudo do perfil social e profissional de organizações como a Vanguarda Popular revolucionária (VPR), os Comando de Libertação Nacional (COLINA) e o Movimento Armado de Resistência (MAR) atesta a presença de ex-militares nacionalistas ligados a Brizola.

¹⁵ MORAES, João Quartim de. “Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispagens” In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil: Teorias. Interpretações*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998. v. 3, p. 179.

O depoimento de João Batista Aveline - militante comunista e diretor sindical do jornal gaúcho *Última Hora* à época da vitória de Brizola nas eleições de 1958 para o governo do estado do Rio Grande do Sul - reitera o que temos observado acerca do distanciamento que culturas políticas mantinham, não obstante os laços identitários que se constituíram. Atuante na epopéia da “Cadeia da Legalidade” em 1961 naquele estado, afirma João Aveline:

“Leonel Brizola repudiou os nossos votos [...] Vencedor, recebeu várias manifestações de felicitação e regozijo pela sua vitória. Entre tais manifestações, estava o telegrama da direção do PCB, que o novo governador devolveu solenemente. Na resposta ao repúdio, os comunistas disseram que seus votos independiam da vontade de Leonel Brizola, e que era do interesse do povo gaúcho a sua eleição, isto porque ele, como político, estava situado dentro de um esquema e forças que era o que mais convinha aos interesses do Estado [...] Mesmo com o repúdio e a indelicadeza da devolução do telegrama de felicitações, não houve nenhum motivo para arrependimento pelo voto dado ao governador eleito, pelo contrário, o próprio Leonel Brizola tratou de provar que o voto comunista tinha sido correto, pelo governo que realizou e pelos seus resultados”.¹⁶

Conquanto os fatores explicativos apresentados até aqui consubstanciem nossas assertivas sobre o trânsito entre culturas políticas no período, arriscaremos uma nova incursão à miríade de noções trabalhadas no âmbito cultural da história, desta vez, evocando o antropólogo Fredrik Barth, pelo fato deste autor sustentar que as identidades, coletivas ou individuais, não permanecem isoladas, mas em constantes trocas com outras identidades e culturais. A fim de corroborar com tais assertivas, içamos as considerações de Cecília de Azevedo que reitera esta concepção quando sustenta que

“A identidade de um grupo não está dada de uma vez por todas por uma determinada posição que seus membros ocupam num grupo social, profissional ou organização de qualquer outra natureza. Ela é constituída em função de acontecimentos que a nutrem, de circunstâncias que lhe conferem forma. Assim, um mesmo grupo pode passar por diversas configurações de identidade nos diferentes momentos de sua história, de acordo com os recursos que lhe são oferecidos pelas situações concretas por que passam”.¹⁷

Na mesma direção, o historiador do tempo presente - vinculado ao movimento de renovação da história política irradiado desde a França a partir dos anos de 1970 - Serge Bernstein observa que as culturas políticas, longe de permanecerem imóveis, evoluem e se transformam à luz das relações com outras culturas políticas. Segundo Bernstein

“A cultura política assim elaborada e difundida, à escala das gerações, não é de forma alguma um fenômeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as idéias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades”.¹⁸

A idéia que as identidades se constituem em função de outras de mesmo tipo, irrefreavelmente exige que pensemos sobre o processo de demarcação de fronteiras culturais e identitárias.

Destarte, queremos defender que culturas políticas de esquerda, distintas e concorrentes, embora tenham mantido suas especificidades e divergências, compartilharam referências e projetos gravitando em torno de uma *identidade política*. Donde se observa a possibilidade de os comunistas atuarem em movimentos preparatórios de luta armada entre 1961 e 67 dirigidos por uma cultura política nacionalista revolucionária e

¹⁶ FELIZARDO, Joaquim et al. *Legalidade - 25 anos*. A resistência popular que levou Jango ao poder. Porto Alegre, Redactor, 1986, pp. 101-102.

¹⁷ AZEVEDO, op. cit, p. 43.

¹⁸ BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política” In SIRINELLI, Jean-François & RIOUX, Jean-Pierre. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 357.

também a trabalhistas e outros nacionalistas a participarem da luta armada deflagrada e dirigida, a partir de 1968, por uma cultura política comunista.

Se nos vale a “heresia metodológica”, prosseguiremos neste caminho tentando evoluir para uma questão que se desdobra a partir da reflexão que sugerimos acima. Como e porque o programa *nacional-estatista* e outros valores foram filtrados diferentemente por culturas políticas, cujas mulheres e homens, feitos de carne e osso, se despojaram da vida para lutar ombro a ombro até a vitória, ou à morte? Por intermédio da noção de *apropriação* - atraída para o campo de gravitação da história a partir dos embates conceituais acerca da definição de cultura popular e circularidade cultural – suscitamos uma chave explicativa.

O historiador italiano Carlo Ginzburg no decurso das suas pesquisas históricas promoveu reflexões em torno do que poderia definir a cultura enquanto popular e erudita, ou mais propriamente, como se operavam as influências e reciprocidades entre ambas. Ginzburg, procurando mostrar as relações de classe e o conflito entre estas no plano cultural, recupera de Mikhail Bakhtin a noção de *circularidade cultural*.

De passagem, vale observar que Bakhtin em sua busca para compreender a presença de aspectos culturais não eruditos na produção e no modo de ser de François Rabelais, um literato e médico francês, encontrou na convivência de Rabelais com transeuntes das praças públicas a satisfação de sua curiosidade.

É deste modo, pois, que a circularidade para Ginzburg informa as trocas culturais entre os grupos hegemônicos (cultura erudita) e os não hegemônicos (cultura popular), ora operando movimentos de cima para baixo, ora em movimento inverso. Ressalte-se que as relações não se processam em estado puro, pois de ambos os pólos processa-se uma filtragem consoante com as respectivas condições de vida e com seus códigos de valores.

O debate acerca do conceito de cultura popular não preside nosso interesse sobre a noção de circularidade cultural. Em verdade, para enriquecer nossa análise, evocamos no âmbito daquela noção o conceito de *apropriação* sugerido por Roger Chartier. Para este, a cultura popular e a erudita constituem fatores pouco discerníveis em face da concepção que sustenta sobre a fluidez das circulações e do compartilhamento de certas práticas. Segundo o autor em questão, idéias e valores recebem empregos populares sem que os sejam em sua origem, e o mesmo vale para o emprego erudito de práticas não necessariamente oriundas dos grupos sociais eruditos. Donde o historiador da cultura guinda da teoria literária o conceito de *apropriação* para apontar o processo de recolha e de usos diferenciados de certos valores e referências em uma mesma sociedade dividida em classes. A nosso ver, a concepção sobre as práticas de *apropriação* cultural sugeridas por Chartier prestam-se para elucidar as distintas significações que cada cultura política em questão imputou a referenciais compartilhados no período que temos analisado.

Ainda uma vez, como se pode observar, procuramos proceder a uma *transmutação conceitual*, de uma “jurisdição” cultural para uma “jurisdição” política. Alguns referenciais e algumas estratégias de ação política uniram sob um mesmo espectro os trabalhistas radicais, os comunistas e outros nacionalistas. No entanto, tais referenciais inegavelmente foram ressignificados porque, embora não se tratasse de grupos culturais ou de classes populares e eruditas, tratava-se de culturas políticas distintas. De modo que o conceito de *apropriação* enquanto forma diferenciada de interpretação e significação nos parece válido para pensar sobre o trânsito entre culturas políticas das esquerdas nos anos de 1960 e 70 no Brasil.

Pelo que expusemos nas linhas acima, acreditamos ter alçado algumas contribuições para descortinar, por um ângulo de visão ainda pouco explorado - e por isso arriscado e talvez incompleto, algumas questões sobre a história daquele período. Ademais, sempre será tempo de abrir novas janelas históricas que ventilem outras inteligibilidades acerca da história política do Brasil.

Identidade política, circularidade cultural, *apropriação*, nacional-estatismo e revolução cubana. Estes foram alguns dos conceitos e/ou fatores que elegemos para tentar explicar como e porque culturas políticas distintas e concorrentes lutaram lado a lado desde quando a correlação de forças no cenário político brasileiro iniciou uma escalada em fins da década de 1950 - atingindo seu ápice entre os anos de 1961 a 64 - até meados dos anos de 1970, quando a Guerrilha do Araguaia fora destroçada e junto com ela, o projeto guerrilheiro daqueles anos.

Concordamos aqui com a afirmativa de que o golpe civil-militar de 1964 não constituía apenas um espasmo *putchista* das direitas em aliança com parte das Forças Armadas, pois parcelas significativas da sociedade brasileira apoiaram aquele desfecho trágico de 1º de abril de 1964. Donde o desenvolvimento de uma cultura da participação política no país precisou esperar ainda 21 anos para retomar seu ciclo de amadurecimento.

Cumpra-nos apontar, em contrapartida, que não é menos verdadeiro que a escalada dos movimentos sociais entre 1961 e 1964 não fora obra de uma trama insidiosa “comuno-subversiva”, jargão corrente das direitas da época. É notória a participação de trabalhistas e nacionalistas de diversos matizes atuando no cenário político em questão e também no período posterior ao golpe, conforme atestam episódios como a cadeia da legalidade em 1961, as articulações para o desencadeamento da luta armada como a “Guerrilha de

Uberlândia” e as experiências armadas de 1965 com Jeferson Cardim¹⁹ e da Guerrilha de Caparaó entre 1966 e 67.²⁰

Vale notar que os episódios elencados, sem exceção, foram levados a cabo por militantes que à época gravitavam em torno da direção política do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, sabidamente um político não-comunista. Na pesquisa que temos desenvolvido pretendemos ir mais longe a fim de identificar a marca que o trabalhismo radical impingira à luta armada no estado do Rio Grande do Sul com vistas à confirmação de sua originalidade e/ou autonomia em relação a outros centros regionais como Rio de Janeiro e São Paulo. Estas considerações, no entanto, ficarão para uma outra oportunidade, quando das conclusões da mencionada pesquisa.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Cecília. “Identidades Compartilhadas: a identidade nacional em questão” In: ABREU, Marta e SOIHET, Rachel (orgs.) *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. RJ: casa da Palavra, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. 5ª ed. SP: Annablume, 2002.

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras” In: LASK, Tomke. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. RJ: Contra-Capa, 2000.

BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política” In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

FELIZARDO, Joaquim et al. *Legalidade - 25 anos*. A resistência popular que levou Jango ao poder. Porto Alegre, Redactor, 1986.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 5 ed., SP: Ática, 1987.

KUSCHNIR, Carina & CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia” In: Revista *Estudos Históricos*.nº 24, Rio de Janeiro, 1999/2.

MORAES, João Quartim de. “Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispações” In: MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil: Teorias. Interpretações*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998. v. 3.

NEVES, Lucília de Almeida. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2001, p. 172.

¹⁹ O levante armado capitaneado por Jeferson Cardime figura como a primeira tentativa de luta contra a ditadura militar instaurada em 1964. A partir da região Norte do RS, em março de 1965, o ex-sargento da Brigada Militar Alberi Vieira dos Santos e o coronel do Exército Jefferson Cardim ocuparam a cidade de Três Passos. Com 23 quadros combatentes, os revolucionários chegaram a Santa Catarina, entretanto, quatro dias depois foram derrotados em seu primeiro e único combate. Cf. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 5ª ed., SP: Ática, 1987, p. 134-135.

²⁰ A partir de Montevidéu, no Uruguai, por meio de uma articulação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), fortemente influenciado por Brizola, o professor Bayard Boiteux, antigo presidente do PSB, e o próprio Leonel Brizola, buscou-se implantar um foco guerrilheiro no Brasil. Grupos de marinheiros e ex-sargentos no Rio e em São Paulo se ligaram para irradiar o foco na Serra do Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, mas também no Maranhão e no Mato Grosso. Em fins de 1966 o primeiro grupo se deslocou para a serra do Caparaó e, já no mês de abril do ano seguinte, o projeto guerrilheiro de Caparaó se extinguiu sem que um único tiro fosse dado. A este respeito ver REBELO, Gilson. *A Guerrilha de Caparaó*. SP: Alfa Ômega, 1980.

REIS FILHO, 2001, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1934 e 1964” In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs) *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, v. 5.

RIDENTI, Marcelo. “Ação Popular: cristianismo e marxismo” In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs) *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, v. 5.